

# Capítulo 1: Das Escrituras Sagradas

1. A Sagrada Escritura é a única, suficiente, correta e infalível regra de todo o conhecimento, fé e obediência para a salvação. Embora a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, a ponto de tornarem os homens indesculpáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de Sua vontade que é necessário para a salvação. Portanto, agradou ao Senhor, em várias épocas e de diversos modos, revelar-se e declarar Sua vontade à Sua Igreja; e, posteriormente, para a melhor preservação e propagação da verdade, e para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, agradou-lhe entregar essa revelação por escrito, o que torna a Escritura Sagrada indispensável, tendo cessado aqueles modos anteriores de Deus revelar Sua vontade ao Seu povo.
2. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou a Palavra de Deus escrita, estão agora contidos todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são estes:

## O VELHO TESTAMENTO

Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1 Samuel, 2 Samuel, 1 Reis, 2 Reis, 1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias.

## O NOVO TESTAMENTO

Mateus, Marcos, Lucas, João, Atos, Romanos, 1 Coríntios, 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 Tessalonicenses, 2 Tessalonicenses, 1 Timóteo, 2 Timóteo, Tito, Filemom, Hebreus, Tiago, 1 Pedro, 2 Pedro, 1 João, 2 João, 3 João, Judas, Apocalipse.

Todos os quais são dados por inspiração de Deus, para serem a regra de fé e vida.

3. Os livros comumente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon ou regra da Escritura e, portanto, não têm autoridade na Igreja de Deus, nem devem ser de outra forma aprovados ou utilizados senão como escritos humanos.
4. A autoridade da Escritura Sagrada, pela qual ela deve ser crida, não depende do testemunho de nenhum homem ou Igreja, mas inteiramente de Deus (que é a própria verdade), seu autor; portanto, deve ser recebida, porque é a Palavra de Deus.
5. Podemos ser movidos e induzidos pelo testemunho da Igreja de Deus a ter uma alta e reverente estima pela Escritura Sagrada; e a sublimidade do assunto, a eficácia da doutrina, a majestade do estilo, a concordância de todas as partes, o escopo do todo (que

é dar toda a glória a Deus), a plena descoberta que faz do único caminho da salvação do homem, e muitas outras excelências incomparáveis e sua inteira perfeição, são argumentos pelos quais ela abundantemente evidencia ser a Palavra de Deus; contudo, nossa plena persuasão e certeza de sua verdade infalível e autoridade divina provêm da obra interna do Espírito Santo, testificando pela e com a Palavra em nossos corações.

6. Todo o conselho de Deus a respeito de todas as coisas necessárias para a Sua própria glória, a salvação do homem, a fé e a vida, está expressamente estabelecido ou necessariamente contido na Escritura Sagrada, à qual nada em tempo algum deve ser acrescentado, seja por novas revelações do Espírito, seja por tradições de homens. No entanto, reconhecemos que a iluminação interna do Espírito de Deus é necessária para a compreensão salvadora das coisas reveladas na Palavra; e que há algumas circunstâncias concernentes ao culto a Deus e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, que devem ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas.
7. Todas as coisas na Escritura não são igualmente claras em si mesmas, nem igualmente claras para todos; contudo, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e observadas para a salvação estão tão claramente propostas e abertas em algum lugar da Escritura ou outro, que não apenas os doutos, mas também os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem atingir uma compreensão suficiente delas.
8. O Velho Testamento em hebraico (que era a língua nativa do povo de Deus antigamente), e o Novo Testamento em grego (que na época de sua escrita era a língua mais geralmente conhecida pelas nações), sendo imediatamente inspirados por Deus e, por Seu singular cuidado e providência, mantidos puros em todas as eras, são, portanto, autênticos; de modo que, em todas as controvérsias de religião, a Igreja deve apelar finalmente a eles. Mas, porque essas línguas originais não são conhecidas por todo o povo de Deus que tem direito e interesse nas Escrituras e é ordenado, no temor de Deus, a lê-las e a perscrutá-las, elas devem ser traduzidas para a língua vulgar de toda nação à qual chegarem, para que, permanecendo a Palavra de Deus abundantemente em todos, eles possam adorá-lo de maneira aceitável e, pela paciência e conforto das Escrituras, possam ter esperança.
9. A regra infalível de interpretação da Escritura é a própria Escritura; e, portanto, quando houver uma questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer Escritura (que não é múltiplo, mas um), ela deve ser investigada por outros lugares que falam mais claramente.
10. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias de religião devem ser determinadas, e todos os decretos de concílios, opiniões de escritores antigos, doutrinas de homens e espíritos particulares devem ser examinados, e em cuja sentença devemos nos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

## **Capítulo 2: De Deus e da Santíssima Trindade**

1. O Senhor nosso Deus é um só Deus vivo e verdadeiro; cuja subsistência está em e de si mesmo, infinito em ser e perfeição; cuja essência não pode ser compreendida por ninguém senão por ele mesmo; um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, partes ou paixões, que tem toda a vida, glória, bondade, bem-aventurança, em e de si mesmo; e é o único em si e para si todo-suficiente, não precisando de nenhuma criatura que ele fez, nem derivando delas glória alguma, mas apenas manifestando sua própria glória nelas, por elas, a elas e sobre elas; ele é a única fonte de todo o ser, de quem, por quem e para quem são todas as coisas; e tem o mais soberano domínio sobre todas as criaturas, para fazer por meio delas, para elas ou sobre elas o que lhe aprouver. Todas as coisas estão abertas e manifestas à sua vista; seu conhecimento é infinito, infalível e independente da criatura, de modo que nada para ele é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus mandamentos. A ele é devido, de anjos e homens, todo culto, serviço e obediência que, como criaturas, devem ao Criador, e tudo mais que ele se agrade em requerer deles.
2. Em este Ser divino e infinito há três subsistências, o Pai, a Palavra (ou Filho) e o Espírito Santo, de uma substância, poder e eternidade, cada um tendo toda a essência divina, mas a essência não dividida. O Pai não é de ninguém, nem gerado nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo procede do Pai e do Filho; todos infinitos, sem começo, portanto, um só Deus, que não deve ser dividido em natureza e ser, mas distinguido por várias propriedades relativas peculiares e relações pessoais; cuja doutrina da Trindade é o fundamento de toda a nossa comunhão com Deus e confortável dependência dele.

## Capítulo 3: Do Decreto de Deus

1. Deus decretou em si mesmo, desde toda a eternidade, pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, livre e imutavelmente, todas as coisas, tudo o que acontece; contudo, de modo que nem Deus é o autor do pecado nem tem comunhão com ninguém nele; nem é a violência oferecida à vontade da criatura, nem a liberdade ou contingência das causas secundárias é tirada, mas antes estabelecida; no que sua sabedoria se manifesta em ordenar todas as coisas, e seu poder e fidelidade em efetuar seu decreto.
2. Embora Deus saiba tudo o que pode ou pode acontecer em todas as condições imagináveis, contudo, ele não decretou nada porque o previu como futuro, ou como aquilo que aconteceria em tais condições.
3. Pelo decreto de Deus, para a manifestação de sua glória, alguns homens e anjos são predestinados, ou preordenados, para a vida eterna por meio de Jesus Cristo, para o louvor de sua gloriosa graça; outros são deixados para agir em seu pecado para sua justa condenação, para o louvor de sua gloriosa justiça.
4. Esses anjos e homens assim predestinados e preordenados são particular e imutavelmente designados, e seu número é tão certo e definido que não pode ser aumentado nem

diminuído.

5. Aqueles da humanidade que são predestinados para a vida, Deus, antes da fundação do mundo, segundo seu propósito eterno e imutável, e o conselho secreto e beneplácito de sua vontade, escolheu em Cristo para a glória eterna, por sua mera e livre graça e amor, sem qualquer outra coisa na criatura como condição ou causa que o movesse a isso.
6. Assim como Deus designou os eleitos para a glória, assim também, pelo propósito eterno e mui livre de sua vontade, preordenou todos os meios para isso; portanto, os que são eleitos, estando caídos em Adão, são redimidos por Cristo, eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder, por meio da fé, para a salvação. Nem qualquer outro é redimido por Cristo, ou eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo, senão somente os eleitos.
7. A doutrina deste alto mistério da predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, para que os homens, atendendo à vontade de Deus revelada em sua Palavra e prestando obediência a ela, possam, da certeza de sua vocação eficaz, ter certeza de sua eleição eterna. Assim, esta doutrina proporcionará motivo de louvor, reverência e admiração a Deus, e de humildade, diligência e abundante consolação a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho.

## **Capítulo 4: Da Criação**

1. No princípio, agradou a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, para a manifestação da glória de seu poder, sabedoria e bondade eternos, criar ou fazer o mundo e todas as coisas nele, visíveis e invisíveis, no espaço de seis dias, e tudo muito bom.
2. Depois que Deus fez todas as outras criaturas, ele criou o homem, homem e mulher, com almas racionais e imortais, dotados de conhecimento, retidão e verdadeira santidade, à sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações e poder para cumpri-la; e ainda sob a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, que era sujeita a mudanças.
3. Além desta lei escrita em seus corações, eles receberam um mandamento de não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

## **Capítulo 5: Da Providência Divina**

1. Deus, o bom Criador de tudo, em seu infinito poder e sabedoria, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as criaturas e coisas, desde a maior até a menor, por sua mui sábia e santa providência, para o fim para o qual foram criadas, segundo sua presciência infalível e o livre e imutável conselho de sua própria vontade; para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia.

2. Embora em relação à presciência e ao decreto de Deus, a causa primeira, todas as coisas aconteçam imutável e infalivelmente, de modo que nada aconteça a ninguém por acaso ou sem sua providência; contudo, pela mesma providência, ele as ordena para que aconteçam segundo a natureza das causas secundárias, seja necessária, livre ou contingentemente.
3. Deus, em sua providência ordinária, faz uso de meios; contudo, é livre para operar sem eles, acima deles e contra eles, conforme lhe apraz.
4. O poder todo-poderoso, a sabedoria insondável e a bondade infinita de Deus se manifestam tanto em sua providência, que ele permitiu que seu primeiro pecado fosse o de Adão e Eva, e que outros pecados fossem cometidos por anjos e homens; e isso não por uma permissão nua, mas por uma que ele mui sabiamente e poderosamente limita, e de outra forma ordena e governa, em uma dispensação múltipla para seus próprios fins santos; contudo, de tal maneira que a pecaminosidade de seus atos procede apenas da criatura, e não de Deus, que, sendo mui santo e justo, não é nem pode ser o autor ou aprovador do pecado.
5. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por um tempo seus próprios filhos em tentações múltiplas e nas corrupções de seus próprios corações, para castigá-los por seus pecados anteriores, ou para descobrir-lhes a força oculta da corrupção e do engano de seus corações, para que sejam humilhados; e para elevá-los a uma dependência mais íntima e constante para seu sustento nele mesmo; e para torná-los mais vigilantes contra todas as ocasiões futuras de pecado, e para outros fins justos e santos. De modo que tudo o que acontece a qualquer de seus eleitos é por sua designação, para sua glória e para o bem deles.
6. Quanto àqueles homens ímpios e profanos que, por seus pecados anteriores, são cegados e endurecidos, Deus, como um juiz justo, não apenas retém sua graça, pela qual eles poderiam ter sido iluminados em seus entendimentos e operados em seus corações, mas também às vezes retira os dons que tinham, e os expõe a objetos que sua corrupção transforma em ocasião de pecado; e, além disso, os entrega às suas próprias luxúrias, às tentações do mundo e ao poder de Satanás; de onde acontece que eles se endurecem, mesmo sob aqueles meios que Deus usa para abrandar outros.
7. Assim como a providência de Deus em geral alcança todas as criaturas, assim, de uma maneira mais especial, ela cuida de sua Igreja e dispõe todas as coisas para o bem dela.

## **Capítulo 6: Da Queda do Homem, do Pecado e de sua Punição**

1. Embora Deus tenha criado o homem reto e perfeito, e lhe tenha dado uma lei justa, que seria para a vida se ele a guardasse, e o ameaçou com a morte se a violasse, contudo, ele não permaneceu por muito tempo nesta honra; Satanás, usando a sutileza da serpente para subjugar Eva, depois por meio dela seduziu Adão, que, sem qualquer compulsão, voluntariamente transgrediu a lei de sua criação e o mandamento que lhes fora dado,

comendo do fruto proibido; o que agradou a Deus, segundo seu sábio e santo conselho, permitir, tendo proposto ordenar isso para sua própria glória.

2. Por este pecado, nossos primeiros pais caíram de sua retidão e comunhão originais com Deus, e nós neles, de onde a morte veio sobre todos; todos se tornaram mortos em pecado e totalmente corrompidos em todas as faculdades e partes da alma e do corpo.
3. Sendo eles a raiz e, pelo desígnio de Deus, o representante de toda a humanidade, a culpa daquele pecado foi imputada, e a natureza corrompida foi transmitida a toda a sua posteridade, que deles descende por geração ordinária. Eles estão, portanto, concebidos em pecado e são por natureza filhos da ira, servos do pecado, sujeitos à morte e a todas as outras misérias, espirituais, temporais e eternas, a menos que o Senhor Jesus os liberte.
4. Desta corrupção original, pela qual estamos totalmente indispostos, incapacitados e avessos a todo bem, e totalmente inclinados a todo mal, procedem todas as transgressões atuais.
5. A corrupção da natureza, durante esta vida, permanece naqueles que são regenerados; e embora seja perdoada e mortificada por meio de Cristo, contudo, tanto ela mesma quanto todas as suas moções são verdadeira e propriamente pecado.

## **Capítulo 7: Do Pacto de Deus**

1. A distância entre Deus e a criatura é tão grande que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, elas nunca poderiam ter alcançado a recompensa da vida, senão por alguma condescendência voluntária da parte de Deus, que ele se agradou em expressar por meio de um pacto.
2. Além disso, tendo o homem se tornado incapaz de vida por aquele pacto, o Senhor se agradou em fazer um segundo, comumente chamado de Pacto da Graça; no qual ele livremente oferece aos pecadores vida e salvação por Jesus Cristo, exigindo deles fé nele para que possam ser salvos, e prometendo dar seu Espírito Santo a todos os que são ordenados para a vida eterna, para torná-los dispostos e capazes de crer.
3. Este pacto é revelado no evangelho; primeiramente a Adão na promessa de salvação pela semente da mulher, e depois por passos sucessivos, até que sua plena descoberta foi completada no Novo Testamento; e é fundado naquela transação pactual eterna que houve entre o Pai e o Filho sobre a redenção dos eleitos; e é somente pela graça desta aliança que todos da posteridade caída de Adão que foram salvos obtiveram vida e uma herança bem-aventurada e imortal.

## **Capítulo 8: De Cristo, o Mediador**

1. Agradou a Deus, em seu propósito eterno, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho unigênito, segundo o pacto feito entre ambos, para ser o mediador entre Deus e o homem;

o profeta, sacerdote e rei; o cabeça e salvador de sua Igreja, o herdeiro de todas as coisas e o juiz do mundo; a quem ele deu, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente e para ser por ele, no tempo, redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

2. O Filho de Deus, a segunda pessoa na Santíssima Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, o resplendor da glória do Pai, da mesma substância e igual a ele, que fez o mundo, que sustenta e governa todas as coisas que ele fez, quando chegou a plenitude do tempo, tomou sobre si a natureza do homem, com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado; sendo concebido pelo Espírito Santo no ventre da virgem Maria, da substância dela; de modo que duas naturezas inteiras, perfeitas e distintas, a divina e a humana, foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão; o qual é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, contudo um só Cristo, o único mediador entre Deus e o homem.
3. O Senhor Jesus, em sua natureza humana assim unida à divina, na pessoa do Filho, foi santificado e ungido com o Espírito Santo acima de medida; tendo nele todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento, nos quais agradou ao Pai que toda a plenitude habitasse; para que, sendo santo, inofensivo, imaculado e cheio de graça e verdade, pudesse ser perfeitamente preparado para executar o ofício de mediador e fiador; cujo ofício ele não tomou para si, mas foi chamado a ele por seu Pai, que também pôs todo o poder e juízo em sua mão e lhe deu o mandamento de executá-lo.
4. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente, e para que pudesse desempenhá-lo, foi feito sob a lei, e a cumpriu perfeitamente, e sofreu a punição devida a nós, que nós deveríamos ter sofrido e suportado. Ele foi feito pecado e maldição por nós; suportando as mais dolorosas tristezas em sua alma e os mais dolorosos sofrimentos em seu corpo; foi crucificado, e morreu, e permaneceu no estado dos mortos, mas não viu corrupção. Ao terceiro dia, ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo em que sofreu, com o qual também subiu ao céu, e lá está sentado à direita de seu Pai, intercedendo, e voltará para julgar homens e anjos no fim do mundo.
5. O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e sacrifício de si mesmo, que ele, pelo Espírito eterno, uma vez ofereceu a Deus, satisfaz plenamente a justiça de Deus, obteve reconciliação e comprou uma herança eterna no reino dos céus para todos aqueles que o Pai lhe deu.
6. Embora a obra da redenção não tenha sido efetivamente operada por Cristo até depois de sua encarnação, contudo, a virtude, a eficácia e os benefícios dela foram comunicados aos eleitos em todas as eras sucessivamente desde o início do mundo, em e por aquelas promessas, tipos e sacrifícios nos quais ele foi revelado e significado como a semente que esmagaria a cabeça da serpente, e o Cordeiro morto desde a fundação do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.
7. Cristo, na obra da mediação, age segundo ambas as naturezas, por cada natureza fazendo o que lhe é próprio; contudo, por causa da unidade da pessoa, o que é próprio de uma

natureza é às vezes na Escritura atribuído à pessoa denominada por outra natureza.

8. A todos aqueles para quem Cristo obteve redenção eterna, ele certamente e eficazmente aplica e comunica a mesma, fazendo intercessão por eles, unindo-os a si mesmo por seu Espírito, revelando-lhes, na e pela Palavra, o mistério da salvação, persuadindo-os a crer e obedecer, governando seus corações por sua Palavra e Espírito, e vencendo todos os seus inimigos por seu poder e sabedoria onipotentes, da maneira e pelos meios mais consoantes com sua maravilhosa e insondável dispensação; e tudo por livre e absoluta graça, sem qualquer condição prevista neles para obtê-la.

## **Capítulo 9: Do Livre-Arbítrio**

1. Deus dotou a vontade do homem com aquela liberdade natural e poder de agir por escolha, que não é forçada nem por qualquer necessidade absoluta da natureza determinada para o bem ou para o mal.
2. O homem, em seu estado de inocência, tinha liberdade e poder para querer e fazer o que era bom e agradável a Deus, mas era instável, de modo que podia cair dessa condição.
3. O homem, por sua queda em um estado de pecado, perdeu completamente toda a capacidade de querer qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de modo que um homem natural, sendo totalmente avesso a esse bem e morto em pecado, não é capaz, por sua própria força, de se converter ou de se preparar para isso.
4. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua escravidão natural sob o pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e a fazer livremente o que é espiritualmente bom; contudo, de tal modo que, por causa de sua corrupção remanescente, ele não quer perfeitamente, nem apenas o que é bom, mas também o que é mau.
5. A vontade do homem só se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem no estado de glória.

## **Capítulo 10: Da Vocação Eficaz**

1. Aqueles a quem Deus predestinou para a vida, ele se agrada, em seu tempo determinado e aceito, de chamar eficazmente, por sua Palavra e Espírito, do estado de pecado e morte em que estão por natureza, para a graça e salvação por Jesus Cristo; iluminando suas mentes espiritualmente e de forma salvadora para entender as coisas de Deus; tirando deles o coração de pedra e dando-lhes um coração de carne; renovando suas vontades e, por seu poder onipotente, determinando-os para o que é bom, e eficazmente os atraindo para Jesus Cristo; contudo, de modo que eles vêm mui livremente, sendo feitos dispostos pelo seu poder.
2. Esta vocação eficaz é somente da livre e especial graça de Deus, não por qualquer coisa prevista no homem, nem por qualquer poder ou agência da criatura, sendo o homem nisto



totalmente passivo, até que, sendo vivificado e renovado pelo Espírito Santo, ele é assim habilitado a responder a este chamado e a abraçar a graça oferecida e transmitida nele, e essa habilidade não é de si mesmo, mas de Deus.

3. Os infantes eleitos que morrem na infância são regenerados e salvos por Cristo através do Espírito, que opera quando, onde e como lhe apraz. O mesmo acontece com todas as outras pessoas eleitas, que são incapazes de serem externamente chamadas pelo ministério da Palavra.
4. Outros, não eleitos, embora possam ser chamados pelo ministério da Palavra e possam ter algumas operações comuns do Espírito, contudo, por não serem eficazmente atraídos pelo Pai, não vêm e não podem vir verdadeiramente a Cristo e, portanto, não podem ser salvos; muito menos podem os homens que não professam a religião cristã ser salvos, por mais diligentes que sejam em enquadrar suas vidas segundo a luz da natureza e a lei da religião que professam.

## **Capítulo 11: Da Justificação**

1. Aqueles a quem Deus chama eficazmente, ele também justifica gratuitamente, não por infundir justiça neles, mas perdoadando seus pecados e considerando e aceitando suas pessoas como justas; não por algo operado neles ou feito por eles, mas somente por causa de Cristo; não por imputar a fé mesma, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica a eles como sua justiça, mas por imputar a obediência ativa de Cristo a toda a lei e sua obediência passiva na sua morte como sua única e completa justiça, recebendo-a e descansando nele e em sua justiça pela fé, a qual fé eles não têm de si mesmos; é dom de Deus.
2. A fé, assim recebendo e descansando em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento da justificação; contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas é sempre acompanhada por todas as outras graças salvadoras, e não é uma fé morta, mas opera pelo amor.
3. Cristo, por sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados; e fez uma satisfação própria, real e plena à justiça de seu Pai em nome deles. No entanto, visto que ele foi dado pelo Pai por eles, e sua obediência e satisfação foram aceitas em seu lugar, e ambas gratuitamente, não por algo neles, sua justificação é somente de graça livre, para que tanto a justiça exata quanto a rica graça de Deus possam ser glorificadas na justificação dos pecadores.
4. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, na plenitude do tempo, morreu por seus pecados e ressuscitou para sua justificação; no entanto, eles não são justificados pessoalmente até que o Espírito Santo, no tempo devido, aplique Cristo a eles.
5. Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são justificados; e embora eles nunca possam cair do estado de justificação, contudo, podem, por seus pecados, cair sob o desagrado paterno de Deus; e, nesse estado, não têm usualmente a luz de sua face

restaurada a eles, até que se humilhem, confessem seus pecados, peçam perdão e renovem sua fé e arrependimento.

6. A justificação dos crentes sob o Antigo Testamento foi, em todos esses aspectos, uma e a mesma com a justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

## **Capítulo 12: Da Adoção**

1. Todos aqueles que são justificados, Deus se digna, em e por seu único Filho Jesus Cristo, a fazer participantes da graça da adoção, pela qual são contados no número e desfrutam das liberdades e privilégios dos filhos de Deus, têm seu nome posto sobre eles, recebem o espírito de adoção, têm acesso ao trono da graça com ousadia, são capacitados a clamar "Aba, Pai", são compadecidos, protegidos, providos e castigados por ele como por um Pai, mas nunca rejeitados, mas selados para o dia da redenção, e herdam as promessas como herdeiros da salvação eterna.

## **Capítulo 13: Da Santificação**

1. Aqueles que são unidos a Cristo, eficazmente chamados e regenerados, tendo um novo coração e um novo espírito criados neles através da virtude da morte e ressurreição de Cristo, são adicionalmente santificados, real e pessoalmente, pela mesma virtude, por sua Palavra e Espírito habitando neles; o domínio de todo o corpo do pecado é destruído, e as várias concupiscências dele são cada vez mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são cada vez mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor.
2. Esta santificação é em todo o homem, embora imperfeita nesta vida; ainda permanecem alguns remanescentes de corrupção em cada parte, de onde surge uma guerra contínua e irreconciliável: a carne cobiçando contra o Espírito, e o Espírito contra a carne.
3. Nesta guerra, embora a corrupção remanescente possa por um tempo prevalecer muito, contudo, através do suprimento contínuo de força do Espírito santificador de Cristo, a parte regenerada vence; e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus, buscando uma vida celestial, em obediência evangélica a todos os mandamentos que Cristo, como Cabeça e Rei, lhes prescreveu em sua Palavra.

## **Capítulo 14: Da Fé Salvadora**

1. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação de suas almas, é a obra do Espírito de Cristo em seus corações, e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra; pela qual também, e pela administração do batismo e da ceia do Senhor, oração e outros meios designados por Deus, ela é aumentada e fortalecida.
2. Por esta fé, um cristão crê ser verdadeiro tudo o que é revelado na Palavra, pela autoridade de Deus mesmo, e também percebe nela uma excelência acima de todos os

outros escritos e todas as coisas no mundo, pois ela dá glória a Deus em seus atributos, a Cristo em sua pessoa e ofícios, e poder e plenitude do Espírito Santo em suas obras e operações; e assim é capacitado a entregar sua alma à verdade assim crida; e também age diferentemente sobre o que cada passagem particular dela contém; prestando obediência aos mandamentos, tremendo com as ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a que há de vir; mas os principais atos da fé salvadora têm relação direta com Cristo, aceitando-o, recebendo-o e descansando nele somente para justificação, santificação e vida eterna, em virtude do pacto da graça.

3. Esta fé, embora seja diferente em graus e possa ser fraca ou forte, contudo, é, mesmo em seu menor grau, diferente em tipo e natureza (como toda outra graça salvadora) da fé e graça comum dos crentes temporários; e, portanto, embora possa ser muitas vezes assaltada e enfraquecida, ela obtém a vitória, crescendo em muitos até a obtenção de uma plena segurança através de Cristo, que é tanto o autor quanto o consumidor de nossa fé.

## **Capítulo 15: Do Arrependimento para a Vida e Salvação**

1. Aqueles dos eleitos que são convertidos em idade madura, tendo vivido por algum tempo no estado da natureza e servido a diversas concupiscências e prazeres, Deus, em sua vocação eficaz, lhes dá arrependimento para a vida.
2. Embora não haja nada que mereça condenação em quem se arrepende, contudo, nenhum pecado é tão pequeno que não mereça condenação. O arrependimento, portanto, deve continuar por toda a nossa vida, por causa do corpo da morte e de suas moções; e é nosso dever arrepender-nos particularmente dos nossos pecados particulares.
3. Este arrependimento salvador é uma graça evangélica, pela qual uma pessoa, pelo Espírito Santo, sendo sensibilizada do múltiplo mal de seu pecado, pela fé em Cristo, se humilha por ele com tristeza segundo Deus, aborrecimento e auto-abominação, orando por perdão e força de graça, com um propósito e esforço, através do suprimimento do Espírito, de andar diante de Deus para agradá-lo em todas as coisas.
4. Como o arrependimento deve ser pregado junto com a fé no evangelho, não há pecado tão grande que possa trazer condenação àqueles que verdadeiramente se arrependem.
5. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de cada um se esforçar para se arrepender de seus pecados particulares, particularmente.
6. Como todo homem é obrigado a fazer confissão particular de seus pecados a Deus, orando por seu perdão, sobre o qual, e sobre o abandono deles, ele encontrará misericórdia; assim também aquele que escandaliza seu irmão ou a igreja de Cristo, deve estar disposto, por uma confissão particular e pública de seu pecado e tristeza por ele, a declarar seu arrependimento àqueles que estão ofendidos, que devem então se reconciliar com ele e recebê-lo em amor.

## **Capítulo 16: Das Boas Obras**

1. Boas obras são somente aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra, e não aquelas que, sem a garantia dela, são inventadas por homens por zelo cego ou sob qualquer pretexto de boas intenções.
2. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e as evidências de uma fé verdadeira e viva; e por elas os crentes manifestam sua gratidão, fortalecem sua segurança, edificam seus irmãos, adornam a profissão do evangelho, calam os adversários e glorificam a Deus, de quem são feitura, criados em Cristo Jesus para isso, para que, tendo seu fruto para a santidade, possam ter no fim a vida eterna.
3. A capacidade deles de fazer boas obras não é de forma alguma deles mesmos, mas inteiramente do Espírito de Cristo. E para que possam ser capacitados para isso, além das graças que já receberam, há necessária uma influência real do mesmo Espírito Santo para operar neles o querer e o fazer segundo o seu beneplácito; contudo, eles não devem por isso se tornar negligentes, como se não estivessem obrigados a cumprir qualquer dever, a menos que por um impulso especial do Espírito, mas devem ser diligentes em avivar a graça de Deus que está neles.
4. Aqueles que, em sua obediência, alcançam a maior altura possível nesta vida, estão tão longe de serem capazes de super-rogar e fazer mais do que Deus requer, que ficam aquém de muito do que em dever são obrigados a fazer.
5. Não podemos, por nossas melhores obras, merecer o perdão do pecado ou a vida eterna da mão de Deus, por causa da grande desproporção que há entre elas e a glória por vir, e a infinita distância que há entre nós e Deus, a quem por elas não podemos beneficiar, nem satisfazer pela dívida de nossos pecados anteriores; mas quando fizemos tudo o que podemos, apenas cumprimos nosso dever e somos servos inúteis; e porque, como são boas, procedem de seu Espírito; e como são operadas por nós, são manchadas e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus.
6. No entanto, sendo as pessoas dos crentes aceitas por meio de Cristo, suas boas obras também são aceitas nele; não como se fossem nesta vida inteiramente irrepreensíveis e irreprováveis aos olhos de Deus; mas que ele, olhando para elas em seu Filho, se agrada em aceitar e recompensar o que é sincero, embora acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.
7. As obras feitas por homens não regenerados, embora, quanto à matéria, possam ser coisas que Deus ordena e de bom uso tanto para si mesmos quanto para os outros; contudo, porque não procedem de um coração purificado pela fé, nem são feitas de maneira correta segundo a Palavra, nem para o fim correto, a glória de Deus, são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem tornar um homem apto para receber a graça de Deus. E, no entanto, sua negligência delas é mais pecaminosa e desagradável a Deus.

## **Capítulo 17: Da Perseverança dos Santos**

1. Aqueles a quem Deus aceitou em seu Amado, chamou eficazmente e santificou por seu Espírito, e deu a preciosa fé de seus eleitos, não podem nem total nem finalmente cair do estado de graça, mas certamente perseverarão nele até o fim e serão eternamente salvos.
2. Esta perseverança dos santos não depende de seu próprio livre-arbítrio, mas da imutabilidade do decreto de eleição, fluindo do amor livre e imutável de Deus Pai, sobre a eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo e união com ele, do juramento de Deus, da habitação de seu Espírito e da semente de Deus neles, e da natureza do pacto da graça; de tudo o que surge também a certeza e a infalibilidade dela.
3. E embora eles possam, através da tentação de Satanás e do mundo, da prevalência da corrupção remanescente neles e da negligência dos meios de sua preservação, cair em pecados graves, e por um tempo continuar neles, pelo que incorrem no desprazer de Deus e entristecem seu Santo Espírito, vêm a ter suas graças e confortos prejudicados, têm seus corações endurecidos e suas consciências feridas, ferem e escandalizam os outros, e trazem juízos temporais sobre si mesmos, contudo, serão mantidos e renovados novamente através do arrependimento e serão preservados através da fé em Cristo Jesus para a salvação.

## **Capítulo 18: Da Certeza da Graça e da Salvação**

1. Embora os crentes temporários e outros homens não regenerados possam em vão enganar-se com falsas esperanças e presunções carnis de estarem no favor de Deus e no estado de salvação, cuja esperança perecerá; contudo, aqueles que verdadeiramente creem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, esforçando-se para andar em toda boa consciência diante dele, podem nesta vida estar certos e infalivelmente seguros de que estão no estado de graça, e podem se regozijar na esperança da glória de Deus; e essa esperança nunca os envergonhará.
2. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundamentada em uma esperança falível; mas uma segurança infalível da fé, fundada na verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças às quais essas promessas são feitas, no testemunho do Espírito de adoção, testificando com nossos espíritos que somos filhos de Deus; cujo Espírito é o penhor de nossa herança, pelo qual somos selados para o dia da redenção.
3. Esta segurança infalível não pertence tanto à essência da fé, que um verdadeiro crente possa esperar muito tempo e lutar com muitas dificuldades antes de ser participante dela; contudo, sendo capacitado pelo Espírito a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode, sem revelação extraordinária, no uso correto dos meios, alcançá-la. E, portanto, é dever de cada um dar toda a diligência para tornar sua vocação e eleição certas, para que assim seu coração possa ser alargado em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus, e em força e alegria nos deveres da

obediência, que são os frutos próprios desta segurança; o que a afasta de qualquer inclinação para a frouxidão.

4. Os verdadeiros crentes podem ter a segurança de sua salvação abalada, diminuída e interrompida de diversas maneiras; por negligência em preservá-la, por cair em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito, por alguma tentação súbita ou veemente, por Deus retirar a luz de seu semblante e permitir que até mesmo aqueles que o temem andem em trevas e não tenham luz; contudo, eles nunca ficam totalmente destituídos daquela semente de Deus e vida de fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever, dos quais, pela operação do Espírito, esta segurança pode, no devido tempo, ser revivida, e pelos quais, entretanto, são impedidos de total desespero.

## Capítulo 19: Da Lei de Deus

1. Deus deu a Adão uma lei de obediência universal escrita em seu coração e um preceito particular de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal; pela qual ele o obrigou e toda a sua posteridade a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu vida sobre o cumprimento, e ameaçou com a morte a violação dela, e o dotou de poder e capacidade para guardá-la.
2. A mesma lei que foi primeiramente escrita no coração do homem continuou a ser uma regra perfeita de justiça após a queda; e foi entregue por Deus no Monte Sinai, e escrita em duas tábuas, os dez mandamentos; os quatro primeiros contendo nosso dever para com Deus, e os outros seis, nosso dever para com o homem.
3. Além desta lei, comumente chamada de lei moral, Deus se agradou em dar ao povo de Israel leis cerimoniais, contendo várias ordenanças típicas; em parte de adoração, prefigurando Cristo, suas graças, ações, sofrimentos e benefícios; e em parte apresentando diversas instruções de deveres morais. Todas essas leis cerimoniais, sendo designadas apenas para a época da reforma, foram revogadas e abolidas por Jesus Cristo, o verdadeiro Messias e único legislador, que foi investido com poder do Pai para esse fim.
4. A eles também ele deu diversas leis judiciais, que expiraram juntamente com o Estado daquele povo, não obrigando ninguém agora em virtude daquela instituição; sua equidade geral apenas sendo de uso moral.
5. A lei moral obriga para sempre a todos, tanto os justificados quanto os outros, à obediência; e isso não apenas em consideração à matéria contida nela, mas também em respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Nem Cristo no evangelho a dissolve de forma alguma, mas fortalece muito essa obrigação.
6. Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela é de grande utilidade para eles, bem como para os outros; em que, como regra de vida, informando-os da vontade de Deus e de seu dever, ela os dirige e os obriga a andar de acordo; descobrindo também as poluições

pecaminosas de sua natureza, corações e vidas, de modo que, examinando-se por ela, possam chegar a uma maior convicção, humilhação e ódio pelo pecado; juntamente com uma visão mais clara da necessidade que têm de Cristo e da perfeição de sua obediência. Ela também é útil para conter suas corrupções, na medida em que proíbe o pecado; e suas ameaças servem para mostrar o que seus pecados merecem, e que aflições nesta vida eles podem esperar por eles, embora sejam libertos da maldição e do rigor intransigente da lei. As promessas dela, da mesma forma, mostram-lhes a aprovação de Deus à obediência e que bênçãos eles podem esperar ao cumpri-la, embora não como devidas a eles pela lei como um pacto de obras. De modo que um homem fazer o bem e evitar o mal, porque a lei encoraja um e dissuade do outro, não é evidência de que ele esteja sob a lei e não sob a graça.

7. Nem os usos da lei acima mencionados são contrários à graça do Evangelho, mas docemente concordam com ela; o Espírito de Cristo subjugando e capacitando a vontade do homem a fazer livre e alegremente o que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que seja feito.

## **Capítulo 20: Do Evangelho e da Extensão de Sua Graça**

1. O pacto de obras sendo quebrado pelo pecado e tornado inútil para a vida, Deus se agradou em dar a promessa de Cristo, a semente da mulher, como o meio de chamar os eleitos e de gerar neles fé e arrependimento. Nesta promessa, a substância do Evangelho foi revelada e se tornou eficaz para a conversão e salvação dos pecadores.
2. Esta promessa de Cristo e a salvação por meio dele é revelada apenas pela Palavra de Deus; nem as obras da criação ou da providência, com a luz da natureza, fazem a descoberta de Cristo ou da graça por ele, nem mesmo de uma maneira geral ou obscura; muito menos capacitam os homens, desprovidos da revelação dele, a alcançar a fé ou o arrependimento salvador.
3. A revelação do Evangelho aos pecadores, feita em diversas épocas e em diferentes partes do mundo, com o acréscimo de promessas e preceitos para a obediência nela exigida, quanto às nações e pessoas particulares às quais é concedida, é de mera e soberana vontade e beneplácito de Deus, não sendo anexada a qualquer promessa de sua devida melhoria da luz natural dos homens e dos poderes que sobraram neles após a queda, o que ninguém jamais fez ou pode fazer. E, portanto, em todas as eras, a pregação do Evangelho tem sido concedida a pessoas e nações, em sua maior ou menor medida, com grande variedade, segundo o conselho da vontade de Deus.
4. Embora o Evangelho seja o único meio externo de revelação de Cristo e da graça salvadora, e como tal seja abundantemente suficiente para isso, contudo, para que os homens que são mortos em ofensas possam nascer de novo, ser vivificados ou regenerados, é necessária uma obra eficaz e todo-poderosa do Espírito Santo em toda a

alma para produzir neles uma nova vida espiritual; sem a qual nenhum outro meio será eficaz para sua conversão a Deus.

## **Capítulo 21: Da Liberdade Cristã e da Liberdade de Consciência**

1. A liberdade que Cristo comprou para os crentes sob o Evangelho consiste em sua liberdade da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus e do rigor e maldição da lei; e em serem libertos deste presente século mau, da escravidão a Satanás e do domínio do pecado, do mal das aflições, do medo e do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna; como também em seu livre acesso a Deus e em render-lhe obediência, não por medo servil, mas por um amor filial e uma mente disposta. Todas estas eram comuns também aos crentes sob a Lei; mas sob o Novo Testamento, a liberdade dos cristãos é ainda mais ampliada, em sua liberdade do jugo da lei cerimonial, à qual a Igreja judaica estava sujeita, e em maior ousadia de acesso ao trono da graça, e em comunicações mais plenas do livre Espírito de Deus do que os crentes sob a Lei ordinariamente participavam.
2. Somente Deus é o Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos de homens que são, em qualquer coisa, contrários à sua Palavra, ou não contidos nela. Assim, crer em tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos por causa da consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e a exigência de uma fé implícita e de uma obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e também a razão.
3. Aqueles que, sob o pretexto da liberdade cristã, praticam qualquer pecado ou nutrem qualquer concupiscência, pervertem assim o propósito principal da graça do Evangelho para sua própria destruição; e destroem completamente o propósito da liberdade cristã, que é que, sendo libertos das mãos de todos os nossos inimigos, possamos servir ao Senhor sem medo, em santidade e justiça diante dele, todos os dias de nossa vida.

## **Capítulo 22: Do Culto Religioso e do Dia de Descanso**

1. A luz da natureza mostra que há um Deus, que tem senhorio e soberania sobre tudo; que é justo, bom e faz o bem a todos; e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, confiado e servido com toda a alma, com todo o coração e com todas as forças. Mas a maneira aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituída por ele mesmo e tão limitada por sua própria vontade revelada, que ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou as sugestões de Satanás, sob qualquer representação visível ou de qualquer outra forma não prescrita na Sagrada Escritura.
2. O culto religioso deve ser prestado a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e a ele somente; não a anjos, santos ou qualquer outra criatura; e, desde a queda, não sem um mediador, nem na mediação de qualquer outro, senão de Cristo somente.



3. A oração, com ações de graças, sendo uma parte do culto religioso, é exigida por Deus de todos os homens. Mas, para que seja aceita, deve ser feita em nome do Filho, com a ajuda do Espírito, segundo a sua vontade; com entendimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança; e quando com outros, em uma língua conhecida.
4. A oração deve ser feita por coisas lícitas, e por toda sorte de homens vivos, ou que viverão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles de quem se possa saber que cometeram o pecado para a morte.
5. A leitura das Escrituras, a pregação e o ouvir da Palavra de Deus, o ensino e admoestação mútua nos salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando com graça em vossos corações ao Senhor; bem como a administração do batismo e da ceia do Senhor, são todas partes do culto religioso a Deus, a serem observadas em obediência à sua instituição, em espírito e em verdade; a abstinência solene, os juramentos religiosos e os votos devem, em suas devidas ocasiões, ser usados de maneira santa e religiosa.
6. Agora, sob o Evangelho, nem a oração nem qualquer outra parte do culto religioso está ligada ou se torna mais aceitável por qualquer lugar em que seja realizada ou para o qual seja dirigida; mas Deus deve ser adorado em todo lugar em espírito e em verdade; tanto em famílias particulares diariamente, quanto em secreto, cada um por si; assim como, mais solenemente, nas assembleias públicas, que não devem ser descuidadas ou voluntariamente negligenciadas ou abandonadas, quando Deus, por sua Palavra ou providência, nos chama a elas.
7. Como é da lei da natureza que, em geral, uma proporção de tempo, por desígnio de Deus, seja separada para o culto a Deus, assim também em sua Palavra, por um mandamento positivo, moral e perpétuo, que obriga a todos os homens em todas as eras, ele designou particularmente um dia em sete para ser um sábado para ele; o qual, desde o princípio do mundo até a ressurreição de Cristo, foi o último dia da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, que é chamado de Dia do Senhor, e deve ser continuado até o fim do mundo como o sábado cristão; sendo a observância do último dia da semana abolida.
8. O sábado é, portanto, santificado ao Senhor, quando os homens, tendo preparado devidamente seus corações e ordenado seus afazeres comuns de antemão, não apenas observam um santo descanso durante todo o dia de seus próprios trabalhos, palavras e pensamentos sobre suas ocupações e recreações mundanas, mas também se ocupam todo o tempo nos exercícios públicos e privados de seu culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.

## **Capítulo 23: Dos Juramentos e Votos Legítimos**

1. Um juramento legítimo é uma parte do culto religioso, no qual a pessoa que jura em verdade, justiça e juízo, solenemente invoca a Deus como testemunha do que jura, e para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

2. O nome de Deus é o único pelo qual os homens devem jurar. E deve ser usado com todo o temor santo e reverência; portanto, jurar em vão ou temerariamente por aquele nome glorioso e terrível, ou jurar por qualquer outra coisa, é pecaminoso e deve ser abominado. Contudo, em assuntos de peso e importância, para confirmação da verdade e para pôr fim a toda contenda, um juramento é autorizado pela Palavra de Deus; portanto, um juramento legítimo sendo imposto por autoridade legítima em tais assuntos, deve ser feito.
3. Quem faz um juramento autorizado pela Palavra de Deus, deve considerar devidamente a importância de um ato tão solene, e nele não afirmar nada senão o que sabe ser a verdade; pois por juramentos precipitados, falsos e vãos, o Senhor é provocado, e por causa deles a terra geme.
4. Um juramento deve ser feito no sentido claro e comum das palavras, sem equívoco ou reserva mental.
5. Um voto, que não deve ser feito a nenhuma criatura, mas somente a Deus, deve ser feito e cumprido com todo o cuidado religioso e fidelidade; mas os votos monásticos papistas de celibato perpétuo, pobreza professada e obediência regular, estão tão longe de serem graus de maior perfeição, que são laços supersticiosos e pecaminosos, nos quais nenhum cristão deve se enredar.

## **Capítulo 24: Do Magistrado Civil**

1. Deus, o supremo Senhor e Rei de todo o mundo, ordenou magistrados civis para estarem sob ele, sobre o povo, para sua própria glória e para o bem público; e para este fim, ele os armou com o poder da espada, para a defesa e encorajamento dos que são bons, e para a punição dos malfeitores.
2. É lícito para os cristãos aceitarem e executarem o ofício de magistrado quando chamados para isso; na administração do qual, eles devem especialmente manter a justiça e a paz, segundo as leis salutares de cada reino e estado; e para este fim, eles podem agora, sob o Novo Testamento, legitimamente travar guerra, em ocasiões justas e necessárias.
3. Sendo os magistrados civis estabelecidos por Deus para os fins mencionados, devemos nos sujeitar a eles em todas as coisas lícitas que nos ordenam, por amor à consciência, e não apenas pelo temor da ira. Devemos orar e suplicar por eles, dar graças por eles. Mas se um magistrado comandar algo que seja contrário à Palavra de Deus, devemos obedecer a Deus em vez de aos homens. O Papa não tem poder ou jurisdição sobre eles em seus domínios, nem sobre qualquer de seu povo; e muito menos tem poder para privá-los de seus domínios ou vidas, se ele os julgar hereges, ou sob qualquer outro pretexto.

## **Capítulo 25: Do Matrimônio**

1. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; não é lícito para nenhum homem ter mais de uma esposa, nem para nenhuma mulher ter mais de um marido, ao mesmo

tempo.

2. O casamento foi ordenado para a ajuda mútua de marido e mulher, para o aumento da humanidade com uma descendência legítima, e da Igreja com uma semente santa; e para prevenir a impureza.
3. É lícito para toda sorte de pessoas casarem-se, que são capazes de dar seu consentimento com juízo; contudo, é dever dos cristãos casarem-se somente no Senhor. E, portanto, aqueles que professam a verdadeira religião não devem se casar com infiéis ou idólatras; nem devem aqueles que são piedosos ser desigualmente jungidos, casando-se com pessoas notoriamente perversas em sua vida, ou que mantêm heresias danáveis.
4. O casamento não deve ser dentro dos graus de consanguinidade ou afinidade proibidos na Palavra; nem tais casamentos incestuosos podem ser legitimados por qualquer lei de homem ou consentimento das partes, de modo que tais pessoas possam viver juntas como marido e mulher.

## Capítulo 26: Da Igreja

1. A igreja católica ou universal, que (com respeito à obra interna do Espírito e da verdade da graça) pode ser chamada invisível, consiste no número total dos eleitos que foram, são ou serão reunidos em um, sob Cristo, sua cabeça; e é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que preenche tudo em todos.
2. Todas as pessoas em todo o mundo que professam a fé do evangelho e obediência a Deus por Cristo segundo ele, não destruindo sua própria profissão por quaisquer erros que subvertam o fundamento, ou por profanidade, são e podem ser chamadas de santos visíveis; e de tais devem ser compostas todas as congregações locais.
3. As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; e algumas degeneraram tanto a ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; no entanto, Cristo sempre teve um reino neste mundo, até o fim dele, daqueles que creem nele e professam seu nome.
4. O Senhor Jesus Cristo é a cabeça da igreja, em quem, por designação do Pai, todo o poder para o chamado, instituição, ordem ou governo da igreja é investido de maneira suprema e soberana; nem o Papa de Roma pode, em qualquer sentido, ser a cabeça dela, mas é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição, que se exalta na Igreja contra Cristo e tudo o que se chama Deus, a quem o Senhor destruirá com o resplendor de sua vinda.
5. Em o exercício deste poder que lhe foi confiado, o Senhor Jesus chama do mundo para si mesmo, através do ministério de sua Palavra, por seu Espírito, aqueles que lhe são dados por seu Pai, para que andem diante dele em todos os caminhos da obediência que ele lhes prescreve em sua Palavra. Aqueles assim chamados, ele ordena que andem juntos em sociedades ou igrejas particulares, para sua edificação mútua e a devida performance do culto público, que ele requer deles neste mundo.

6. Os membros destas igrejas são santos por vocação, visivelmente manifestando e evidenciando (em e por sua profissão e seu andar) sua obediência ao chamado de Cristo; e voluntariamente consentem em andar juntos, segundo a designação de Cristo, entregando-se ao Senhor e uns aos outros pela vontade de Deus, em professa sujeição às ordenanças do Evangelho.
7. A cada uma destas igrejas assim reunidas, segundo a sua mente declarada em sua Palavra, ele deu todo o poder e autoridade que são de qualquer forma necessários para a realização daquela ordem no culto e na disciplina que ele instituiu para que observassem; com mandamentos e regras para o devido e correto exercício e execução desse poder.
8. Uma igreja particular, reunida e completamente organizada segundo a mente de Cristo, consiste de oficiais e membros; e os oficiais designados por Cristo para serem escolhidos e estabelecidos pela igreja (assim chamada e reunida) para a administração particular das ordenanças e execução do poder ou dever, que ele lhes confia ou a que os chama, para serem continuados até o fim do mundo, são bispos ou presbíteros, e diáconos.
9. O modo designado por Cristo para o chamado de qualquer pessoa, dotada e qualificada pelo Espírito Santo para o ofício de bispo ou presbítero em uma igreja, é que ele seja escolhido para isso pelo sufrágio comum da própria igreja, e solenemente separado pela jejum e oração, com a imposição das mãos do presbitério da igreja, se houver algum previamente constituído nela; e para um diácono, que ele seja escolhido pelo mesmo sufrágio e separado pela oração e pela mesma imposição de mãos.
10. Sendo o trabalho dos pastores atender constantemente ao serviço de Cristo, em suas igrejas, no ministério da Palavra e na oração, com vigilância sobre suas almas, como aqueles que devem prestar contas a ele, é incumbente às igrejas às quais eles ministram não apenas dar-lhes todo o devido respeito, mas também comunicar-lhes todas as suas boas coisas em abundância, segundo suas possibilidades, de modo que possam ter um suprimento confortável, sem serem obrigados a se envolverem em ocupações seculares, e possam também ser capazes de exercer hospitalidade para com os outros. E isso é exigido pela lei da natureza e pelo mandamento expresso de nosso Senhor Jesus, que estabeleceu que aqueles que pregam o evangelho vivam do evangelho.
11. Embora seja incumbente aos bispos ou pastores das igrejas, segundo seu ofício, serem constantes na pregação da Palavra, contudo, a obra de pregar a Palavra não está tão peculiarmente confinada a eles que outros também, dotados e qualificados pelo Espírito Santo para isso e aprovados e chamados pela igreja, não possam e não devam executá-la.
12. Como todos os crentes são obrigados a se unirem a igrejas particulares quando e onde tiverem oportunidade de fazê-lo, assim também todos os que são admitidos aos privilégios de uma igreja também estão sujeitos à sua disciplina e governo, segundo a regra de Cristo.
13. Nenhuma igreja membro, por qualquer ofensa cometida, tendo cumprido seu dever exigido dele para com a pessoa pela qual está ofendido, deve perturbar qualquer ordem da igreja, ou abster-se das assembleias da igreja, ou da administração de quaisquer ordenanças por

causa de tal ofensa de qualquer de seus co-membros, mas deve esperar em Cristo no prosseguimento de seu dever na igreja.

14. Como cada igreja e todos os seus membros são obrigados a orar continuamente pelo bem e prosperidade de todas as igrejas de Cristo, em todos os lugares, e em todas as ocasiões a ajudar cada um dentro dos limites de seus lugares e chamados, no exercício de seus dons e graças, assim também as igrejas, quando plantadas pela providência de Deus, de modo a desfrutarem de oportunidade e vantagem para isso, devem manter comunhão entre si, para sua paz, aumento de amor e edificação mútua.
15. Em casos de dificuldades ou diferenças, seja em ponto de doutrina ou de administração da igreja, em que as igrejas em geral ou uma única igreja esteja preocupada, em sua paz, união e edificação; ou qualquer membro ou membros de qualquer igreja sejam feridos por procedimentos disciplinares não consoantes à verdade e à ordem, é segundo a mente de Cristo que muitas igrejas que mantêm comunhão juntas, por meio de seus mensageiros, se reúnam para considerar e dar seu conselho sobre os assuntos em disputa, para ser relatado a todas as igrejas interessadas. No entanto, quando esses mensageiros são reunidos, eles não são investidos de qualquer poder eclesiástico propriamente dito, ou com qualquer jurisdição sobre as igrejas mesmas, para exercer qualquer censura sobre elas ou sobre quaisquer pessoas, ou para impor sua determinação sobre as igrejas ou oficiais.

## **Capítulo 27: Da Comunhão dos Santos**

1. Todos os santos que estão unidos a Jesus Cristo, sua cabeça, por seu Espírito e pela fé, embora não sejam por isso feitos uma só pessoa com ele, têm comunhão em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória; e, estando unidos uns aos outros no amor, eles têm comunhão nos dons e graças uns dos outros, e são obrigados ao desempenho de tais deveres, públicos e privados, de maneira ordenada, que conduzam ao seu bem mútuo, tanto no homem interior quanto no exterior.
2. Os santos, por profissão, são obrigados a manter uma santa comunhão no culto a Deus e na realização de outros serviços espirituais que tendam à sua edificação mútua; bem como a socorrerem-se uns aos outros em coisas externas, segundo suas várias capacidades e necessidades; cuja comunhão, embora seja principalmente a ser exercida por eles nas relações em que se encontram, seja em famílias ou igrejas, contudo, como Deus oferece oportunidade, deve ser estendida a toda a família da fé, a todos os que em todo lugar invocam o nome do Senhor Jesus.
3. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de forma alguma participantes da substância de sua divindade, nem iguais a Cristo em qualquer aspecto; afirmar o que seria ímpio e blasfemo. Nem a sua comunhão mútua como santos anula ou infringe o título ou propriedade que cada homem tem sobre seus bens e posses.

## **Capítulo 28: Do Batismo e da Ceia do Senhor**

1. O Batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças de instituição positiva e soberana, designadas pelo Senhor Jesus, o único legislador, para serem continuadas em sua Igreja até o fim do mundo.
2. Estas santas ordenanças devem ser administradas apenas por aqueles que são qualificados e chamados para isso, segundo a comissão de Cristo.

## **Capítulo 29: Do Batismo**

1. O batismo é uma ordenança do Novo Testamento, instituída por Jesus Cristo, para ser para a pessoa batizada um sinal de sua comunhão com ele, em sua morte e ressurreição; de sua enxertia nele; do perdão dos pecados; e de sua entrega a Deus, através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida.
2. Aqueles que professam pessoalmente arrependimento para com Deus, fé e obediência ao nosso Senhor Jesus, são os únicos sujeitos adequados desta ordenança.
3. O elemento externo a ser usado nesta ordenança é a água, na qual a parte deve ser batizada, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.
4. A imersão, ou mergulho da pessoa na água, é necessária para a devida administração desta ordenança.

## **Capítulo 30: Da Ceia do Senhor**

1. A ceia do Senhor Jesus foi instituída por ele na mesma noite em que foi traído, para ser observada em suas igrejas até o fim do mundo, para a perpétua lembrança e exibição do sacrifício de si mesmo em sua morte, a confirmação da fé dos crentes em todos os benefícios dela, seu alimento espiritual e crescimento nele, seu maior engajamento em e para todos os deveres que eles lhe devem, e para ser um vínculo e penhor de sua comunhão com ele e uns com os outros.
2. Nesta ordenança, Cristo não é oferecido a seu Pai, nem qualquer sacrifício real feito para a remissão do pecado dos vivos ou dos mortos; mas apenas uma comemoração daquele único oferecimento de si mesmo, por si mesmo, na cruz, uma vez por todas; e uma oblação espiritual de todo louvor possível a Deus por isso; de modo que o sacrifício papal da missa, como eles o chamam, é a mais abominável injúria ao único sacrifício de Cristo, o único propiciatório por todos os pecados dos eleitos.
3. O Senhor Jesus, nesta ordenança, designou seus ministros para orar e abençoar os elementos do pão e do vinho, e assim separá-los do uso comum para o uso sagrado; para tomar e partir o pão; para tomar o cálice, e (eles também participando) dar ambos aos comungantes.
4. Negar o cálice ao povo, adorar os elementos, elevá-los ou carregá-los para adoração, e reservá-los para qualquer uso religioso pretendido, são todos contrários à natureza desta ordenança e à instituição de Cristo.

5. Os elementos externos nesta ordenança, devidamente separados para os usos ordenados por Cristo, têm tal relação com ele crucificado, que verdadeira, embora apenas sacramentalmente, são às vezes chamados pelo nome das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; embora, em substância e natureza, ainda permaneçam verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.
6. A doutrina que mantém uma mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e sangue de Cristo (comumente chamada de transubstanciação) pela consagração de um sacerdote, ou por qualquer outro meio, é repugnante não apenas à Escritura, mas também ao senso comum e à razão; subverte a natureza da ordenança e tem sido e é a causa de múltiplas superstições, sim, de idolatrias grosseiras.
7. Os recebedores dignos, que externamente participam dos elementos visíveis nesta ordenança, também internamente, pela fé, real e verdadeiramente, embora não carnal e corporalmente, mas espiritualmente, recebem e se alimentam de Cristo crucificado e de todos os benefícios de sua morte; o corpo e o sangue de Cristo não estando então corporal ou carnalmente, mas espiritualmente presentes à fé dos crentes naquela ordenança, como os próprios elementos estão para seus sentidos externos.
8. Todos os ignorantes e ímpios, como são impróprios para desfrutar da comunhão com Cristo, são, portanto, indignos da mesa do Senhor, e não podem, sem grande pecado contra ele, enquanto permanecerem assim, participar destes sagrados mistérios ou ser admitidos a eles; sim, quem quer que os receba indignamente, é culpado do corpo e do sangue do Senhor, comendo e bebendo juízo para si mesmo.

## **Capítulo 31: Do Estado do Homem Após a Morte e da Ressurreição dos Mortos**

1. Os corpos dos homens após a morte retornam ao pó e veem a corrupção; mas suas almas, que não morrem nem dormem, tendo uma subsistência imortal, retornam imediatamente a Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas em santidade, são recebidas nos mais altos céus, onde contemplam a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção de seus corpos. E as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormento e trevas absolutas, reservadas para o juízo do grande dia. Além desses dois lugares para as almas separadas de seus corpos, a Escritura não reconhece nenhum outro.
2. No último dia, os santos que estiverem vivos não dormirão, mas serão transformados; e todos os mortos serão ressuscitados com seus próprios corpos, e não outros, embora com qualidades diferentes, e serão unidos novamente às suas almas para sempre.
3. Os corpos dos injustos serão, pelo poder de Cristo, ressuscitados para a desonra; os corpos dos justos, pelo seu Espírito, para a honra, e serão conformados ao seu próprio corpo glorioso.

## Capítulo 32: Do Juízo Final

1. Deus designou um dia em que julgará o mundo em justiça por Jesus Cristo, a quem todo o poder e juízo são dados pelo Pai. Naquele dia, não apenas os anjos apóstatas serão julgados, mas também todas as pessoas que viveram sobre a terra comparecerão perante o tribunal de Cristo para dar conta de seus pensamentos, palavras e ações, e para receber segundo o que fizeram no corpo, seja bom ou mau.
2. O fim de Deus ao designar este dia é a manifestação da glória de sua misericórdia na salvação eterna dos eleitos, e de sua justiça na condenação eterna dos réprobos, que são ímpios e desobedientes. Pois então os justos irão para a vida eterna e receberão aquela plenitude de alegria e glória com o eterno peso de glória, na presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados em tormentos eternos e punidos com a destruição eterna da presença do Senhor e da glória de seu poder.
3. Como Cristo nos quer certos de que haverá um dia de juízo, tanto para dissuadir todos os homens do pecado, quanto para a maior consolação dos piedosos em sua adversidade, assim também ele manterá aquele dia desconhecido para os homens, para que eles possam se livrar de toda segurança carnal e estar sempre vigilantes, porque não sabem a que hora o Senhor virá, e possam estar sempre preparados para dizer: "Vem, Senhor Jesus, vem depressa. Amém."